Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

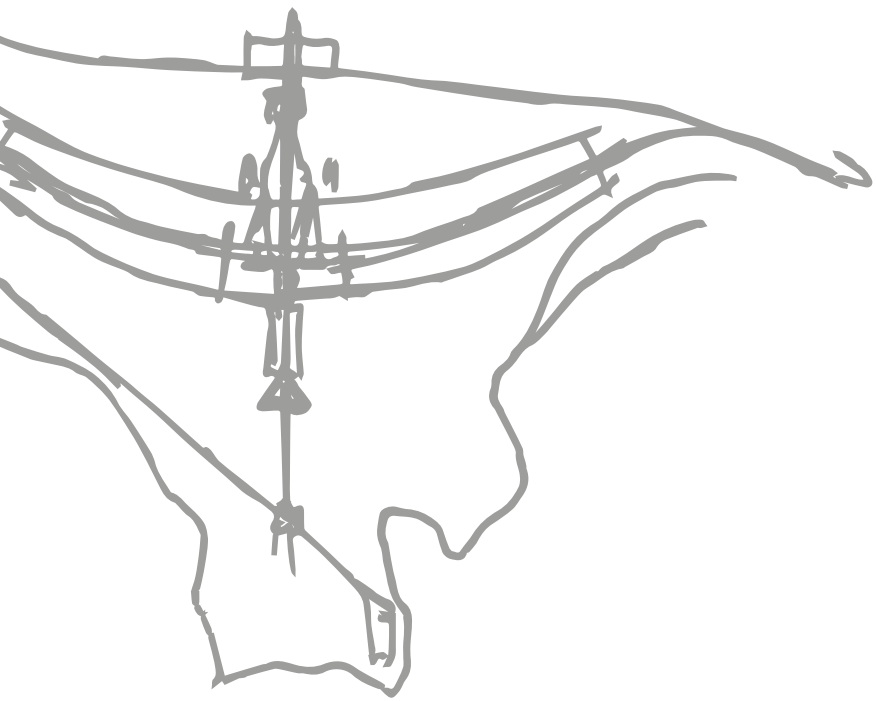
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5

Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida

Eva Waisros Pereira

Este capítulo versa sobre a vida e a obra de Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro que dedicou a vida inteira em defesa da escola pública e teve sua trajetória bruscamente interrompida, após o golpe militar de 1964, quando foi sumariamente demitido e afastado das funções públicas que exercia na área de educação.

Figura notável pela valiosa contribuição teórica e realizações no campo educacional, Anísio Teixeira teve presença destacada entre os fundadores da nova capital do país: Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Israel Pinheiro e Oscar Niemeyer. Como integrante da vanguarda cultural dessa geração, dotada de espírito cosmopolita e responsável pela concepção humanizada e moderna da cidade, concebeu o plano de educação de Brasília, com a previsão de escolas parque e escolas classe, visando criar um sistema educacional inovador e promover a educação integral, para servir de referência à Nação.

Ainda nos primórdios da capital, a criação da Universidade de Brasília (UnB) constituiu-se em acontecimento de inegável relevância para a cidade e o país. Fundada em premissas democráticas e libertárias, a iniciativa contou

com a decisiva participação de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, responsáveis pela formulação e implantação do projeto original da instituição.

Contudo, transcorridos apenas dois anos de sua fundação, a UnB tornou-se lócus de atos de violência praticados pelo regime militar. Conforme relata Salmeron (1999), a repressão concretizou-se por meio de demissões motivadas por perseguição política, interferências arbitrárias na vida acadêmica, ataques à autonomia universitária, difamação da comunidade universitária por órgãos repressivos e meios de comunicação, cerco policial armado, invasão de caráter militar ao *campus* e prisões arbitrárias.

Nesse contexto, inserem-se os atos de violência praticados contra Anísio Teixeira, que resultaram no seu afastamento do cargo de reitor interino. Retirá-lo do seu meio e negar-lhe o convívio com seus pares e estudantes significava impor-lhe o silenciamento. A circulação das ideias educacionais progressistas que propalavam e as ações delas decorrentes, obviamente, não convinham ao governo ditatorial, cujas políticas públicas visavam educar para a submissão e dominação. A estratégia adotada pela ditadura instalada no país foi apartar os pensadores da educação comprometidos com os ideais de democracia e emancipação humana.

A reflexão que se desenvolve neste capítulo vai além dos acontecimentos já referidos, uma vez que as indagações da pesquisa se estendem à ocorrência da trágica morte de Anísio Teixeira, em 1971, quando o seu corpo foi encontrado no fosso do elevador de um edifício da praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Em face da apresentação de denúncia sobre o fato e os indícios levantados pela Comissão Nacional da Verdade, pairam, atualmente, graves suspeitas de que a morte do educador não foi acidental, conforme versão oficial fartamente propagada pela mídia à época, mas que ele teria sido assassinado pelas forças repressivas da ditadura militar.

A análise dessas questões remete a duas ocasiões anteriores em que o educador foi vítima de incriminações descabidas: a primeira, por razões políticas, quando exercia a função de secretário da Educação do Rio de Janeiro,

antigo Distrito Federal. Acusado injustamente de estar ligado ao levante comunista de 1935, teve de pedir demissão do cargo e, com o advento do Estado Novo, em 1937, foi banido da vida pública, recolhendo-se ao interior da Bahia, onde permaneceu por quase dez anos na condição de exilado no seu próprio país. A segunda perseguição ocorreu na década de 1950, por motivos ideológicos, sendo, então, hostilizado e combatido por autoridades eclesiásticas da Igreja Católica, que pressionaram para a sua demissão do Inep, sob a falsa acusação de que defendia o monopólio da educação pelo Estado, era marxista e pregava a revolução social (Oliveira, 2002).

Diante da sua integridade como pessoa humana e da extraordinária trajetória profissional que realizou, na condição de intelectual e homem público, ecoam questões como as enunciadas a seguir. O que leva um homem a resistir a tantas agruras e persistir lutando pelas causas nas quais acredita? Afinal, no que consistia o ideário de Anísio Teixeira? O que representavam suas ideias? Por que foram tão duramente combatidas por seus opositores? A quem essas ideias incomodavam? Quais os interesses contrariados? Que propósitos moviam os seus algozes?

Sobre Anísio: o olhar de amigos e colaboradores

Anísio Teixeira é um dos maiores expoentes da educação brasileira, cuja marca indelével consiste na defesa da escola pública, gratuita, laica e universal. O seu longo percurso de realizações abarcou todos os níveis de escolarização, da pré-escola à universidade, introduzindo mudanças significativas no cenário educacional brasileiro do século XX.

Considerado por Florestan Fernandes um dos homens mais ilustres da história do pensamento brasileiro, Anísio Teixeira, segundo palavras do sociólogo, foi "o nosso primeiro e último filósofo da educação" (Fernandes, 2002, p. 52). O emérito educador destacou-se, sobretudo, na esfera prática, a partir da compreensão de que a mudança na educação não é mera retórica,

é ação, é transformação social. E essa prática, que demandava conhecimento teórico, impulsionou a sua produção intelectual. Segundo Houaiss (2002), a dialética do fazer e conhecer acompanhou-o permanentemente. Em cada etapa de sua vida, nos vários cargos públicos que assumiu, seja como secretário da educação, diretor de órgão federal ou reitor de universidade, o seu legado é incomensurável, sem paralelo.

Os intelectuais que o acompanharam em diferentes momentos de sua incansável jornada em defesa da educação pública são unânimes em reconhecer nele uma figura ímpar, singular, uma liderança agregadora, com competência e habilidade para reunir pessoas identificadas com os seus propósitos e que, independentemente de suas tendências políticas e ideológicas, tornaram-se seus colaboradores nas iniciativas por ele propostas, em busca de soluções para os problemas educacionais brasileiros.

A sua personalidade fascinante, sempre aberta ao diálogo e ao debate de ideias, possibilitou-lhe cultivar amizades duradouras com pessoas notáveis, como Monteiro Lobato, cujo testemunho corrobora para sua distinção intelectual e exaltação de sua figura na dimensão humana: "É a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida" (Lobato *apud* Vianna; Fraiz, 1986, p. 161).

Amigos e parentes que privaram de sua intimidade, assim como admiradores e estudiosos, alguns deles biógrafos do ilustre educador, testemunharam, por meio de fatos vivenciados, que, além da racionalidade e enorme capacidade de transformar ideias seminais em realizações, Anísio era um homem sensível, generoso e compreensivo, com hábitos modestos e desprovidos de qualquer forma de exibicionismo.

Embora tímido e discreto, revelava-se ousado e intrigante, vivia em movimento contínuo de criar e difundir ideias que buscava sempre concretizar. Para além de suas realizações no campo do pensamento e da ação educacional, os seus atributos pessoais inspiravam respeitabilidade, não apenas de amigos e apoiadores, mas também dos que dele discordavam ou se opunham

às suas ideias. Conforme Fernando Azevedo (1960, p. 80), "sua inteligência viva, flexível e ágil, alia-se a uma alta probidade intelectual, tão alta e pura que, por ser ele grande por suas iniciativas, ainda se me afigura maior pelo que é do que pelo que fez". Corroborando, Artur da Távola (2002), ex-genro e seu colaborador próximo, afirmava que o sentido maior da humanidade de Anísio foi dispor a sua vida a serviço do homem, da sociedade e do país. A educação tornara-se a missão de sua existência e o trabalho a materialização de sua vocação para servir.

Por que a opção por esse caminho? Como entender tamanha dedicação a uma causa? Como foi possível a ele, apesar dos percalços que teve de enfrentar, trilhar um percurso tão longo, de forma tão determinada e profícua? Adentrando-se na história de vida do educador, apreende-se o sentido missionário da sua existência.

Vocação missionária: de padre a educador

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité, no interior da Bahia. Filho do médico e fazendeiro Deocleciano Pires Teixeira e de Ana Spínola Teixeira, realizou seus estudos primários e secundários em colégios jesuítas, inicialmente na sua cidade natal e, em uma segunda etapa, em Salvador, Bahia.

Estudar em colégios jesuítas implicou a interiorização de normas e valores morais e a emergência de uma estrutura mental baseada na consciência, racionalidade e espiritualidade. Ao longo dos anos, a ação sistemática da instituição religiosa moldou-lhe a personalidade, os costumes e os modos de ser e viver. Segundo Clarice Nunes (2010), estudiosa e biógrafa do educador, a formação em instituição religiosa, pautada pelos princípios filosóficos do humanismo cristão, "abriu o seu pensamento para o campo filosófico e estimulou o contato com os livros numa relação íntima que o acompanhou a vida toda" (p.13).

Sob a forte influência exercida pelos religiosos, Anísio desejou seguir a carreira eclesiástica, aspiração contestada por seus pais, que tentaram demovê-lo da ideia. Viam-no como magistrado destinado a exercer poder político, que lhe daria prestígio e consideração social. Assim, oscilando entre seguir a vida religiosa ou a vida secular, acabou por retardar a decisão de ingressar no noviciado. Por orientação paterna, com 19 anos de idade, foi para o Rio de Janeiro realizar estudos jurídicos e, embora a contragosto, formou-se em direito no ano de 1922. Porém, acontecimentos que se seguiram fizeram-no desistir do projeto inicial e mudaram, definitivamente, os rumos de sua existência: a educação passaria a ser o cerne de suas inquietações e o propósito maior de sua atuação profissional ao longo da vida.

Além da oposição da família, novas circunstâncias vieram a contribuir para reorientar-lhe o caminho a seguir. Ainda bastante jovem, nomeado pelo governador Góis Monteiro para o cargo de inspetor-geral do ensino na Bahia, posteriormente alterado para diretor-geral de instrução, teve oportunidade, durante o mandato do governo (1924-1927), de entrar em contato com a realidade educacional e conhecer de perto o precário sistema público de ensino da região. Essa experiência inaugural de trabalho e as viagens que realizou, naquele período, à Europa e aos Estados Unidos da América (EUA), para aprimorar seus conhecimentos na área, despertaram-lhe o interesse pela educação. Em 1928, retornou aos EUA, obtendo o título de *master of arts* pelo Teacher's College, da Universidade de Columbia. Nessa ocasião, escreveu o livro *Aspectos americanos de educação: anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927*, que registra suas observações e reflete sobre o seu aprendizado, destacando as principais teses educacionais de Dewey. A prática de refletir sobre a ação realizada tornou-se, desde então, uma característica da produção intelectual de Anísio Teixeira.

O deslocamento do seu projeto de ingressar na vida religiosa foi-se firmando com suas incursões na literatura pedagógica e, especialmente, pela oportunidade de iniciar-se no pensamento de John Dewey, de quem

se tornou discípulo e seguidor. Adotando o pragmatismo deweyano como guia teórico, Anísio recompôs o seu pensamento e reinterpretou a realidade. Deu-se, então, o que Nunes (2010) considerou "uma experiência de reconversão ao avesso". Segundo a autora,

> Escolher Dewey, de quem seria o primeiro tradutor no Brasil, era optar por uma alternativa que substituiu os velhos valores inspirados na religião católica e abraçados com sofreguidão. Era apostar na possibilidade de integrar o que, nele, estava cindido: o corpo e a mente, o sentimento e o pensamento, o sagrado e o secular. Era abrir seu coração para o pensamento científico, apostando na crença de que o enraizamento e as direções da mudança social a favor da democracia estavam apoiadas na infância. (Nunes, 2010, p. 19)

O gosto pelos assuntos educacionais e a relevância que Anísio Teixeira passou a atribuir à educação popular foram determinantes para a sua decisão de dedicar-se à tarefa educativa, da qual jamais se afastaria. A educação tornou-se o seu credo. Viveu-a intensamente, com idealismo e paixão. E o sacerdócio, pelo qual em boa parte de sua juventude se viu predestinado, permaneceu imanente na ação leiga.

Educação pública e renovação social

Educação como direito e jamais como privilégio constitui princípio basilar do pensamento anisiano, visando à transformação da escola brasileira. Fiel a esse preceito, o educador posicionava-se, enfaticamente, contra a educação de elite, que vigorou no período colonial e permaneceu hegemônica nas primeiras décadas da República, negando a formação básica à grande maioria dos cidadãos brasileiros. Como pondera Bomeny (2003), a elite sabe o valor da aquisição de conhecimento como forma de manutenção de seus privilégios e, por essa razão, guarda para si as escolas. Anísio opunha-se à educação seletiva e desigual e postulava a formação escolar extensiva ao

conjunto da população, de forma a possibilitar o patamar de conhecimentos e valores sobre o qual se edificaria a sociedade democrática. Em seu entendimento, a escola pública era a única opção viável para atender todos os brasileiros, independentemente de classe social, raça, sexo ou religião. A transformação da educação e da escola, assim pensada, estaria vinculada a um novo projeto de nação, soberana e independente, capaz de equiparar-se aos países desenvolvidos e integrar-se no mundo moderno, cujas bases de sustentação repousariam na indústria, na ciência e na democracia.

Munido de tais argumentos, Anísio Teixeira integrou-se ao movimento de intelectuais que, desde a década de 1920, pleiteava a renovação social do país por meio da educação. Com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, ele tornou-se uma de suas principais lideranças, assumindo a presidência da instituição em 1931. Em sua luta para democratizar e transformar a educação brasileira, consagrou-se como um dos ilustres signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, ao lado de Fernando de Azevedo, Paschoal Leme, Lourenço Filho, Cecília Meireles e outros, visando universalizar a escola pública, laica e gratuita e tornar a educação prioridade nacional.

A vida pública foi o meio que Anísio Teixeira encontrou para realizar a sua missão e contribuir para a reconstrução educacional no Brasil. Durante 40 anos, como administrador público, empreendeu iniciativas cuja abrangência e repercussão são destacadas por Fernando de Azevedo: "não há setor da educação brasileira em que não se encontre obra de sua mão, inspirada por ele ou marcada de sua influência, nem problema que não tenha enfrentado para lhe dar solução" (1960, p. 80).

A convicção primordial de que o Estado é o principal promotor da escolarização das classes populares o impulsionou a realizar obra gigantesca com vistas a democratizar a educação. Assim, no início de sua carreira, como inspetor-geral do ensino da Bahia, na gestão Góes Monteiro (1924-1927), reformulou o ensino primário e elevou a sua matrícula de

47.000 para 79.000 estudantes, um aumento de cerca de 68%, e ampliou o número de unidades escolares de 780 para 1.234. Essa reforma estendeu-se ao ensino secundário e profissional, compreendendo, também, a criação de duas escolas normais e a reorganização e melhoria do ensino destinado à formação do magistério primário.

Após curto período de atuação no então Ministério da Educação e Saúde Pública, como membro da comissão encarregada de estudos relativos à reorganização do ensino secundário no país, o educador teve novamente a oportunidade de demonstrar o seu talento como administrador público. Nomeado secretário da Educação e Cultura da cidade do Rio de Janeiro, no governo Pedro Ernesto (1932-1935), realizou reformas educacionais notáveis, nos diferentes níveis de ensino. Em três anos, construiu 35 novos prédios escolares e procedeu a ampliações e adaptações em estruturas já existentes, instituindo uma rede de escolas primárias na então capital da República, com destaque à implantação de cinco escolas experimentais. Projetadas em sintonia com as ideias de Dewey, essas escolas deveriam constituir verdadeiras "casas de educação", visando modificar o *habitus* pedagógico e promover novas maneiras de ensinar e aprender.

Tendo em vista a melhoria na formação e na prática pedagógica dos professores primários, Anísio Teixeira criou o Instituto de Educação, posteriormente alçado ao nível superior, bem como instituiu serviços de apoio às atividades docentes. Promoveu, ainda, a implantação do ensino secundário na rede pública do Rio de Janeiro, em uma época em que a oferta desse nível de escolarização era praticamente monopólio da Igreja Católica. O que estava em jogo não era apenas democratizar o acesso como também romper com o dualismo existente: escolas para pobres — primária e profissional — e escolas para ricos — secundária e superior; a primeira, destinada a uma formação mínima aos trabalhadores, e a segunda, reservada às classes média e alta, para realização de estudos acadêmicos.

Contudo, a iniciativa mais ousada de sua gestão foi a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), concebida com a finalidade de exercer a coordenação intelectual da sociedade. Para isso, deveria ser livre, autônoma e possuir *status* similar às instituições fundamentais da sociedade, como Igreja e Estado, em face da necessidade de soluções científicas para os problemas contemporâneos. Essa instituição universitária expressava o modelo criativo de sua concepção, distinto do padrão até então adotado pelo governo federal, caracterizando-se pela ênfase na pesquisa e aplicação do método científico, além da preocupação central com a cultura brasileira (Teixeira, 2005b; Fávero; Brito, 1988).

Configurando-se matriz para a criação da identidade de um povo e do caráter nacional, a UDF estabelecia como um dos objetivos primordiais a promoção e o estímulo à cultura, de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira. No discurso proferido na inauguração da UDF, no dia 31 de julho de 1935, Anísio destacava que, na sociedade moderna, a universidade é uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. "Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais" (Teixeira, 1988, p. 34). Conforme dizia o educador, "países de tradição universitária, a cultura une, socializa e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa" (Teixeira, 1988, p. 16). Para o autor, era necessário acabar com o isolamento da universidade, uma vez que a ela compete "socializar a cultura, socializando os meios de adquiri-la. A identidade de processos, a identidade de vida e a própria unidade local farão com que nos cultivemos, em sociedade. Que ganhemos em comum a cultura" (Teixeira, 1988, p. 34).

A reação a esses avanços, porém, não tardou. Veio da parte do ministro da educação, Gustavo Capanema, bem como de expoentes do pensamento católico conservador, como Alceu Amoroso Lima, e agravou-se com a crise política que culminou no golpe do Estado Novo. Em 1935, Anísio teve de

pedir demissão, por ter sido acusado de participação do levante comunista ocorrido naquele ano, sob a liderança da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política que reunia setores de esquerda em torno de uma plataforma de combate ao fascismo e ao imperialismo. Meses mais tarde, o próprio prefeito Pedro Ernesto foi preso e afastado de seu cargo, sob as mesmas acusações de envolvimento com os comunistas.

Acuado e perseguido, Anísio Teixeira defendeu-se das acusações alegando a sua índole pacifista, contrária à violência. Não obstante, por não concordar com o caráter ditatorial do Estado Novo, afastou-se da vida pública. Esses episódios são rememorados por Monteiro Lobato em carta que dirigiu ao educador:

> Lembro-me quando te vi no Rio de Janeiro, (perseguido) pela polícia, escondido pelos amigos como um grande criminoso – e naquela ocasião também chorei. *To whom the bells toll?* Todos estávamos implicitamente perseguidos, foragidos, escondidos com você [...] Dez anos passou você caminhando como minhoca por baixo da terra escondido da Reação Triunfante, mas caminhando sem o saber. (Nunes, 2010, p. 25)

A opressão política calou a sua voz e a de seus colaboradores. Nada mais restava a Anísio senão recolher-se. Assim, voltou à sua cidade natal, onde permaneceu durante os dez anos em que o pensamento democrático brasileiro esteve sufocado. Durante esse período, dedicou-se à família e a atividades empresariais, tornando-se um dos principais exportadores de manganês da Bahia.

Em 1946, com a redemocratização do país, Anísio Teixeira rompeu com o isolamento e aceitou convite de Julian Huxley para o Conselho de Educação da Organização Educacional Científica da ONU. Vivendo em Londres e Paris, tornou-se Conselheiro de Educação Superior da recém-criada Unesco, órgão das Nações Unidas voltado para a educação, a ciência e a cultura.

Apesar da representatividade da função, Anísio decidiu retornar ao Brasil no ano seguinte para exercer, novamente, o cargo de secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia, no governo Otávio Mangabeira. No decorrer da sua gestão (1947-1951), realizou amplo programa com excelentes resultados; ainda no terceiro ano do governo, a população escolar havia duplicado, passando de 33 estudantes para cada grupo de mil habitantes em 1946, para 63, em 1949, enquanto o corpo docente crescia de 2.479 para 6.200 professores.

Anísio tecia críticas ao empirismo e à improvisação imperante na educação escolar e defendia a ideia de organizar a escola com base no conhecimento científico. De forma coerente, buscou colocar em prática essa ideia no Rio de Janeiro, com a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais, como também o fez durante a sua gestão na Bahia, onde instituiu a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência.

Na busca por soluções para enfrentar os problemas diagnosticados no sistema de ensino, Anísio empenhou-se na luta política, junto à Assembleia Constituinte da Bahia, na defesa do anteprojeto de Constituição do Estado da Bahia, que previa a criação de conselhos municipais de educação e de fundos para o financiamento da educação.

Nessa gestão, Anísio realizou sua obra modelar: o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque da Bahia, que se tornou referência internacional. Experiência pioneira de educação integral no Brasil, essa instituição constituiu a base para o sistema de educação de Brasília. O novo modelo concebeu a escola primária com funções bem mais amplas do que a da escola primária tradicional, tendo como pressuposto tornar-se "uma comunidade socialmente integrada". Assim,

> A filosofia da escola visa oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de "preparação" e "execução", dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis. Se na escola-classe predomina

> o sentido preparatório da escola, na escola parque, nome que se conferiu ao conjunto de edifícios de atividades de trabalho, sociais, de educação física e de arte, predomina o sentido de atividade completa, com as suas fases de preparo e de consumação, devendo o aluno exercer em sua totalidade o senso de responsabilidade e ação prática, seja no trabalho, que não é um exercício mas a fatura de algo completo e de valor utilitário, seja nos jogos e na recreação, seja nas atividades sociais, seja no teatro ou nas salas de música e dança, seja na biblioteca, que não é só de estudo mas de leitura e de fruição dos bens do espírito. (Teixeira, 1962, p. 24)

Ao terminar o seu mandato na Secretaria de Educação, em 1951, Anísio Teixeira iniciou uma nova fase de atuação, no plano federal. A convite do ministro da Educação Ernesto Simões Filho, tornou-se secretário-geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dedicando-se à qualificação de pessoal docente para o ensino superior. No ano seguinte, substituiu o recém-falecido Murilo Braga de Carvalho no cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), acumulando as duas funções.

Realização de sonhos e novos enfrentamentos

O clima democrático instalado no país no período pós-guerra e o impulso dado ao projeto desenvolvimentista pelo governo Juscelino Kubitschek (1946-1950), com demanda de maior intervenção do Estado brasileiro para intensificar o processo de industrialização, tornaram premente a necessidade de ampliação e renovação do ensino público.

Anísio Teixeira, na sua posse como diretor do Inep, em 4 de julho de 1952, propôs ampliar as funções do órgão, de modo a criar as condições necessárias para realizar um "verdadeiro programa de governo" para o setor de educação (Teixeira, 1952, p. 69), fato que veio a ocorrer. Na gestão do educador, o órgão tornou-se uma "espécie de superministério, no interior

do próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC)", assumindo centralidade no encaminhamento das políticas educativas para o ensino primário e médio. Conforme anunciara em seu discurso de posse, a pretensão era transformar o Inep em um centro de inspiração do magistério nacional, para formar a "consciência educacional comum", indispensável para o processo de reconstrução da escola (Mendonça; Xavier, 2008, p. 26, 28).

Embora a expansão do acesso à educação escolar continuasse a figurar como imperativo prioritário nas políticas públicas, o educador enfatizava a necessidade de modernização do sistema de ensino e de profissionalização do seu quadro de funcionários. Entre as medidas propostas, destacam-se a institucionalização de concurso público para o ingresso no magistério e a ampliação de investimentos destinados à formação inicial e qualificação de professores em serviço. Para Anísio, o professor era peça fundamental no processo de reconstrução da educação e da escola.

O programa desenvolvido no Inep para a qualificação de professores envolveu três campanhas, no decênio 1950-1960: a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), a Campanha de Inquéritos e Levantamentos para o Ensino Médio e Elementar (Cileme), e, por último, a Campanha de Difusão e Desenvolvimento do Ensino Secundário (Cades). A finalidade precípua dessas campanhas era dotar a prática pedagógica de uma base científica, mediante a ampliação do conhecimento dos professores sobre o currículo escolar, a situação do ensino e a realidade nacional. Os inquéritos e o levantamento de dados abasteciam os sistemas de ensino de informações necessárias ao planejamento das políticas públicas. Anísio preocupava-se, particularmente, com o ensino médio e pleiteava a sua integração ao ensino primário, visando ampliar a educação comum, básica, de todos os brasileiros.

No afã de estender pelo território nacional as bases científicas e democráticas da reconstrução do país, Anísio Teixeira empreendeu trabalho hercúleo à frente do Inep, durante o longo período em que administrou a instituição (1951-1964). Sob a sua liderança, o grupo seleto de colaboradores, que o

acompanhava nessa jornada, incumbia-se dos afazeres, estrategicamente, definidos para os fins visados.

O sonho acalentado pelo nosso educador encontrou solo fértil para germinar. Assim, em 1955, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), com o propósito de fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. O CBPE, implantado no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferido para a nova capital, atuava em rede, de forma integrada aos centros regionais, sediados em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Pernambuco. Conforme previa o Decreto n.º 38.460, de 28 de dezembro de 1955, que instituiu o CBPE e os CRPEs, as ações interventivas desses órgãos seriam direcionadas à melhoria qualitativa dos sistemas de ensino, no que se refere à organização e gestão dos serviços escolares, formação dos professores e prática pedagógica no interior da escola.

Em coerência com a filosofia deweyana, que postula ser o pensamento uma ferramenta para atuar no mundo e enfrentar os problemas concretos em busca de soluções, Anísio entendia que não se tratava, então, de um simples planejamento imediato da educação nacional, mas, sobretudo, da introdução do espírito objetivo de pesquisa no estudo de nosso sistema educacional, a fim de habilitá-lo a adaptar-se e reconstruir-se consoante às transformações que vinham passando a sociedade e o país.

A pesquisa em ciências sociais tornou-se prioritária na produção do CBPE. O educador acreditava que, na medida em que fossem estudadas, compreendidas e explicadas as transformações e o desenvolvimento social seria possível também compreender e explicar as transformações e o desenvolvimento educacional. Os resultados obtidos forneceriam aos educadores ideias, conceitos e instrumentos para lidar com a experiência educacional.

Segundo Mendonça e Brandão (1997), a intenção de Anísio era associar a pesquisa educacional ao professor , pois é nela que se realiza a função educativa e esta aproximação, por sua vez, suscita uma pesquisa educacional

relevante. Considerava necessário desenvolver em cada educador o espírito investigativo — o espírito científico —, no sentido de experimentação e registro, a fim de capacitá-lo a fornecer os dados que suscitariam os problemas a serem estudados pelos cientistas, de modo a gerar uma teoria capaz de, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento da prática educativa.

No auge do grandioso empreendimento, Anísio Teixeira teve de enfrentar novamente a reação das forças conservadoras representadas pelos setores mais retrógrados da Igreja Católica. Liderada pelo arcebispo Vicente Scherer, a nova onda conservadora veio expressa no "Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a escola pública única", de março de 1958, dirigido ao presidente Juscelino Kubitschek. Nesse documento, pleiteava-se a demissão de Anísio Teixeira do Inep, atribuindo-lhe, erroneamente, a defesa do monopólio da educação pelo Estado e de pregar a revolução social por meio da escola (Sherer, 1958). As acusações eram de cunho ideológico, mas também político, configurando-se como estratégia para a proteção da escola privada. Anísio chegou a ser oficialmente informado de sua demissão da chefia desse Instituto, o que não ocorreu devido à onda de protestos advinda dos meios acadêmicos e jornalísticos do país.

Entre outros fatores, atribui-se a manifestação dos bispos à posição assumida publicamente pelo educador, no Congresso Nacional, em favor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que caminhava no sentido de estabelecer a obrigatoriedade do ensino pelo poder público e a liberdade à iniciativa particular, sob regulação nacional, entre outras cláusulas de conteúdo progressista. Diante da polarização em torno dessas questões, os seus opositores adotaram a estratégia "de atacar, ideologicamente, a autoridade intelectual e moral do diretor do Inep, impactando a tramitação da LDB" (Silveira, 2018, p. 151).

Sob pressão, o presidente JK decidiu manter Anísio Teixeira na direção do Inep, assegurando a continuidade de sua obra. Os centros de pesquisa produziram centenas de estudos, pesquisas e análises, bem como

prosseguiram na oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização a milhares de professores. A qualificação docente estendeu-se aos professores leigos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante a oferta de amplo programa de habilitação profissional.

Entre outras realizações significativas de sua gestão no Inep, mencione-se o financiamento para a construção de milhares de salas de aula por todo o Brasil, além de pavilhões e oficinas destinadas à implantação do ensino complementar, constituído de uma ou duas séries adicionais ao ensino elementar, com atividades de trabalho. Fiel aos preceitos de uma educação integral, o nosso educador empenhava-se em buscar soluções para a sua concretude.

Anísio em Brasília: culminância de um trabalho edificante

No início de 1957, Anísio foi convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para estruturar o plano educacional de Brasília. Como diretor do Inep, assumiu essa honrosa incumbência e passou a interagir com a equipe responsável pela construção da nova capital, formada por pessoas escolhidas entre os profissionais de maior prestígio e qualificação: Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Israel Pinheiro.

Vivia-se no país um período democrático, que inspirava otimismo e esperança à população. A conjuntura era propícia a grandes realizações. A política nacional-desenvolvimentista vigente tinha o propósito de modernizar a nação e elevar o processo de industrialização a patamares consonantes aos dos países desenvolvidos. Em seu plano de governo, a construção de Brasília figurava como "meta-síntese", visando à transferência da capital brasileira para o Planalto Central, com o objetivo de promover a interiorização e o desenvolvimento de regiões relativamente isoladas do território nacional, para se integrarem ao resto do país.

Embora essa proposta fosse polêmica e tivesse forte oposição parlamentar, liderada pela União Democrática Nacional (UDN), a transferência da

capital foi autorizada pelo Congresso Nacional, por meio da Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956. Transcorridos apenas onze dias, o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital foi publicado no Diário Oficial da União e amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

Livre para agir, o presidente Juscelino nomeou o Dr. Ernesto Silva para presidir a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), instituição criada pela referida Lei para incumbir-se do planejamento e da execução da futura capital. A legislação não estabeleceu limite para a conclusão das obras e o próprio JK determinou o tempo para a construção de Brasília: 3 anos e 10 meses. O seu propósito era inaugurar a capital brasileira ainda no seu mandato presidencial.

Havia, portanto, pressa de iniciar as obras e não se tratava de construir uma cidade qualquer. A genialidade de Lúcio Costa conferiu, no traçado da nova capital, uma obra de arte, dotada de racionalidade e projetada para ser monumental. Para o presidente da República, diferentemente de quaisquer cidades do mundo, Brasília deveria "constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrevelado [...], uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os elementos constitutivos, para o futuro" (Kubitschek, 2000, p. 72).

O prenúncio fez-se realidade. Brasília representa "a maior e mais duradoura expressão do movimento modernista no Brasil" (Sousa Junior, 2011, p. 9). Alçada pela Unesco a patrimônio cultural da humanidade, a capital brasileira é reconhecida internacionalmente por sua extraordinária beleza artística e estética. Desde as suas origens, a cidade simbolizava utopias e ideais de transformação social. Em seu ideário, Lúcio Costa concebeu Brasília para torná-la, além de centro administrativo e de governo, uma cidade dotada da melhor qualidade de vida para seus moradores e com potencial para tornar-se um foco de cultura dos mais sensíveis do Brasil. O desenho da cidade, organizada em unidades de vizinhança, cada qual formada por

quatro quadras residenciais, além de contar com comércio local, igreja, posto de saúde, biblioteca, delegacia, correios e escolas, representava a real possibilidade de encontros e a socialização entre moradores das superquadras (Garcia; Gabrieli, 2018).

Nesse contexto, Anísio Teixeira apresentou a proposta de um novo modelo de educação para a capital brasileira. Com fundamento nos princípios democráticos de inclusão e emancipação social, o educador elaborou o "Plano de Construções Escolares de Brasília" (Teixeira, 1961), que delineou a organização de um sistema educacional inovador, com o propósito de "abrir oportunidade para a capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país" (p.195).

Brasília representava uma oportunidade singular de estruturar um sistema educacional contínuo, integrado e aberto a todos, convergindo para o propósito de acabar com os privilégios e promover uma educação igualitária e adequada às necessidades impostas pelo ritmo de desenvolvimento da sociedade. Diferentemente das políticas educacionais que executara em Salvador e no Rio de Janeiro, ambas circunscritas às condições pré-existentes, na nova capital, de forma distinta, o planejamento da cidade realizou-se simultaneamente ao seu projeto pedagógico. Sem as amarras das cidades estruturadas, com suas tradições e práticas educativas cristalizadas, tornava a ocasião favorável para idealizar um sistema de educação modelar.

O plano proposto por Anísio Teixeira para Brasília configura-se como síntese das ideias de renovação educacional defendidas pelo educador ao longo da vida. Tendo por base o modelo da Escola Parque da Bahia, o sistema educacional idealizado para a nova capital contemplou os diferentes níveis de escolarização, da pré-escola ao ensino superior. O sistema proposto constituiu-se de: *i)* centros de educação elementar, formados por jardins de infância, escolas classe e escolas parque; *ii)* centros de educação média; e *iii)* Universidade de Brasília.

A partir da premissa de que o Estado democrático moderno, dominado pela lei para todos e pelo respeito ao interesse público e não ao privado, o educador reiterava o seu compromisso com a escola pública, que entendia ser o único meio de prover a educação do homem comum, visando o preparo para o exercício das suas funções de cidadão e de trabalhador (Teixeira, 1963).

O plano definia objetivos para os diversos níveis de escolaridade, abrangendo cultura geral, formação prática ou vocacional, formação profissional e formação para o lazer, antes divididos em sistemas escolares paralelos. Anísio intencionava, desse modo, superar antigos dualismos entre trabalho intelectual e trabalho manual, escola para a mente e escola para as mãos. No seu entendimento, a educação baseada na experiência, consoante a teoria pragmatista de Dewey, poderia se constituir em fator de aproximação entre a educação teórica e a profissional. Conforme dizia,

> [...] nem a educação de intelectuais podia ser intelectualista, nem a educação de trabalhadores podia ser "empírica", mas, antes, deviam ambas ter o mesmo caráter de educação experimental, buscasse a escola, nos seus vários graus, formar o cientista ou o humanista, o profissional superior ou o operário qualificado. (Teixeira, 2005a, p. 129)

Ao propor objetivos educacionais alargados e a adoção de práticas pedagógicas experimentais, Anísio Teixeira visava a transformação da instituição escolar. Assim, concebeu para Brasília uma escola de educação integral, de experiência e vida, fundada nos princípios de trabalho, participação, autonomia, liberdade e democracia (Pereira, 2011). A materialidade de suas ideias expressava-se nos conjuntos escolares destinados ao ensino elementar e médio, com sua variedade de espaços e múltiplas funções propostas para o desenvolvimento de atividades de estudo e de trabalho, arte e convivência social. Essa modalidade de educação transcendia o modelo tradicional e demandava o dia letivo completo, razão pela qual a escola também teria o seu funcionamento em tempo integral para os alunos e professores.

Anísio Teixeira, com a colaboração de Lúcio Costa, procedeu a ajustes no plano educacional relativos às características urbanísticas da cidade. As escolas primárias seriam localizadas nas superquadras de Brasília, de modo que cada uma tivesse, em seu interior, um jardim de infância e uma escola classe, destinada à instrução, além de contar com uma escola parque, em cada grupo de quatro superquadras, para atender aos estudantes das escolas classes, em turnos alternados, com vistas ao seu desenvolvimento artístico, físico, recreativo e sua iniciação no trabalho. A inserção da atividade escolar na vida cotidiana integrou o plano educacional ao modelo de vida proposto para a capital brasileira, tornando a escola agente polarizador da convivência social.

As definições acerca do ensino superior não tardaram. Em 21 de abril de 1961, data festiva da inauguração da cidade, o presidente Juscelino Kubitschek comunicou a decisão política de criação da Universidade de Brasília e encaminhou mensagem ao Congresso Nacional solicitando autorização para que ela fosse instituída.

A exposição de motivos do anteprojeto encaminhado pelo presidente JK ao Congresso Nacional, em 1960, explicitava as razões fundantes da nova instituição:

> [...] a Universidade de Brasília foi idealizada partindo da preliminar de que seria imprescindível a criação de um centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do País [...] o objetivo era dar a Brasília uma universidade que, refletindo nossa época, fosse também fiel ao pensamento universitário brasileiro de promover a cultura nacional na linha de uma progressiva emancipação. Para tanto impunha-se dar ênfase a instituições dedicadas à pesquisa científica e à formação de cientistas e técnicos capazes de investigar os problemas brasileiros, com o propósito de dar-lhes soluções adequadas e originais. (Trindade, 2005, p. 22-23)

Obstáculos de natureza diversa foram enfrentados, de forma criativa e com habilidade política, como ocorreu em relação à pretensão do presidente

JK em atender ao anseio da Companhia de Jesus de criar, na nova capital, uma universidade católica, sem ônus para o Estado, o que colocaria em risco o propósito de fundar em Brasília uma universidade pública, conforme previsto no plano educacional da cidade.

Vencidas as resistências e contornadas as dificuldades, iniciou-se o planejamento para a criação da Universidade de Brasília. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro assumiram a grandiosa tarefa. Entre os dois havia uma antiga relação de trabalho e de reconhecimento intelectual. Ao reportar-se ao antropólogo, Trindade (2005) assinala que "a grande competência em educação do 'Mestre Anísio', como carinhosamente ele o chamava, sempre foi por Darcy respeitada, desde a época em que o convidara para coordenar as pesquisas no CBPE" (p. 21). Na visão do autor,

> a versatilidade e o estilo extrovertido de Darcy, sua paixão pela antropologia e as pesquisas em sociologia e educação combinavam-se com a lucidez intelectual, o estilo técnico e a timidez do temperamento de Anísio", o que teria favorecido a "uma espécie de divisão de trabalho tácita, este se ocupando da elaboração do projeto e o primeiro da condução política do processo, embora tivesse dado também uma contribuição importante ao próprio projeto". (Trindade, 2005, p. 21)

Como ponto de partida para a criação da UnB, foram retomadas ideias mestras da UDF, referentes à ênfase à pesquisa e aplicação do método científico, além da preocupação central com a cultura brasileira. A comunidade científica, atraída pela concepção avançada da proposta, reuniu-se em torno do projeto da futura universidade. Formaram-se grupos de trabalho de cientistas comprometidos, tendo se realizado, no segundo semestre de 1960, em Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), uma sessão especial dedicada à Universidade de Brasília. A adesão voluntária de intelectuais e cientistas tornou o processo de planejamento plural, de muito diálogo e entusiasmo (Fávero; Brito, 1988).

A criação da Universidade de Brasília somente foi aprovada no final do mandato do presidente Jânio Quadros e institucionalizada no governo João Goulart, por meio da Lei n.º 3992, de 15 de dezembro de 1961, que criou a Fundação Universidade de Brasília e designou para reitor e vice-reitor, respectivamente, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Nessa circunstância, revelou-se o reconhecimento de Darcy a Anísio:

> [...] foi novamente *Mestre Anísio Teixeira* quem deu os passos fundamentais para pôr a Universidade de Brasília no mundo. Primeiro, aceitando o cargo de vice-reitor, para prestigiar-me como reitor, porque não querendo mudar-se para Brasília não poderia assumir a reitoria. Depois, transferindo verbas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos à Fundação Universidade de Brasília - que ainda não entrara na posse dos recursos financeiros destinados a custear a sua implantação, concedidos na lei, mas que tardariam meses a serem pagos - para que ela iniciasse suas atividades. Graças a Anísio, pois, é que nossa universidade, criada no último mês de 1961, pôde abrir seus primeiros cursos experimentais em março de 1962, ocupando, para isto, dois andares de um edifício ministerial que nos haviam cedido. (Fávero; Brito, 1988, p. 130)

Seguiram-se meses de intensa atividade para dar nascimento à Universidade de Brasília. A imaginação e a originalidade das soluções dadas aos desafios para a concretização da ideia confirmam a fertilidade do encontro desses dois intelectuais. A aspiração maior de seus criadores era que a Universidade de Brasília se tornasse o centro nacional de reflexão e de estudo capaz de contribuir para o amadurecimento de "uma consciência crítica capacitada a ver o Brasil como problema e a buscar as linhas de ação que permitissem ao povo brasileiro realizar suas potencialidades secularmente coactadas" (Ribeiro, 1991, p. 147).

Em setembro de 1962, Darcy Ribeiro teve de afastar-se para assumir o cargo de ministro da Educação e Cultura e, após, de chefe da Casa Civil do governo João Goulart, sendo substituído por Anísio Teixeira na função de

reitor da UnB. Sob a sua liderança, representativos intelectuais, cientistas e artistas, vindos de diferentes regiões brasileiras, dedicaram-se a ministrar cursos de alto nível, propondo pesquisas e atividades inovadoras envolvendo estudantes e a comunidade brasiliense. Mais uma vez, o educador dedicou-se à missão de construir a universidade de seus sonhos, até a ocorrência de brusca interrupção pelo golpe militar de 1964.

Anísio Teixeira: vítima da ditadura militar

No dia 9 de abril de 1964, nove dias após o golpe militar no Brasil, a Universidade de Brasília foi invadida por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais. Os militares chegaram em quatorze ônibus, com três ambulâncias, preparadas para possíveis confrontos. As tropas mantinham suas metralhadoras em posição de fogo em diversas posições no *campus*, criando um cenário de guerra. Os atos de violência prosseguiram com a invasão de salas de aula, revista aos estudantes e busca de professores para serem presos, além da procura de armas e material de propaganda subversiva, que inexistiam naquele espaço acadêmico (Brasil, CNV, 2014; Relatório, CATMV, 2016).

Nessa ocasião, consumou-se a demissão arbitrária de Anísio Teixeira do cargo de reitor interino da Universidade de Brasília e do vice-reitor, Almir de Castro, além de nove professores que se encontravam nas dependências da UnB. Em ato simultâneo, o educador foi também demitido das funções que desempenhava como presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e secretário-geral da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Essas demissões ocorreram de forma intempestiva, com base no arbítrio do Ato Institucional n.º 1 (AI-1), que previa "investigação sumária", com demissão e dispensa de funcionários públicos, contra quem tivesse "tentado contra a segurança do País, o regime democrático [*sic*] e a probidade da administração pública" (Guimarães, 2008). A referida

norma configurou-se o instrumento pelo qual o regime militar deu vazão ao seu descontentamento com o projeto inovador da UnB, os seus idealizadores e os cientistas, artistas e intelectuais que compunham o seu quadro docente.

A repressão causou forte impacto à instituição ainda incipiente. A UnB passou a funcionar sob a intervenção de agentes do regime militar, que impuseram restrições às suas atividades, sempre mantidas sob controle e, muitas vezes, reprimidas. Como a ditadura somente admitia universidades servis, os interventores nomeados buscavam a submissão e o silenciamento das instituições, o que, na UnB, mostrou-se uma tentativa frustrada. Houve resistência por parte de professores e estudantes pela quebra da autonomia, tida como a coluna dorsal da universidade. Em 1965, foram demitidos quinze professores acusados de subversivos, o que gerou um movimento antes inédito: 223 professores, de forma espontânea, pediram demissão em solidariedade aos demitidos e deixaram a Universidade de Brasília, a cidade e a maioria deles, o país, numa diáspora dolorosa (Ribeiro, 1991). Agindo coercitivamente e buscando intimidar a comunidade universitária, os algozes da ditadura instauraram um inquérito policial militar (IPM), para apurar a subversão no *campus*, que acabou sendo arquivado por falta de consistência das denúncias (Aparecida, 1991). Em suma, o regime autoritário conduziu à gradativa descaracterização do projeto pedagógico original da instituição. Mais uma vez, morria o sonho anisiano de universidade.

Proscrito, Anísio Teixeira assistiu, com desgosto e constrangimento, à sanha do regime militar contra a universidade nascente, bem como a destruição da rede nacional de centros de pesquisa do Inep, que desarticulou a ação da inteligência brasileira na problemática da educação. O Instituto passou por várias reestruturações que, segundo Silveira (2018), decorreram de cerceamentos "em uma época de subordinação da política educacional aos ditames de 'especialistas' estrangeiros vinculados a agências internacionais, em especial a Agency for International Development" (p. 125).

Repetiram-se cenas que Anísio Teixeira já vivenciara na década de 1930, quando as experiências educacionais que empreendera na antiga capital foram aniquiladas pela ditadura do Estado Novo. As políticas públicas implantadas após o golpe militar de 1964 descaracterizaram o sistema educacional inovador que o educador projetara para Brasília, deixando de existir o que nele havia de mais precioso: a educação integral e a liberdade necessária à escola democrática. O caminho para a regressão estava posto e as conquistas desmerecidas e degradadas.

Nunca mais o renomado educador exerceu quaisquer funções no serviço público brasileiro. Em nenhum momento, porém, paralisou suas atividades no campo da educação. Dada a conjuntura adversa instituída pela ditadura militar e a falta de condições para que continuasse trabalhando no país, Anísio Teixeira viajou para o exterior, atendendo aos convites das Universidades de Colúmbia (1964), de Nova York (1965) e da Califórnia (1966), para lecionar como professor visitante (Silveira, 2018).

De volta ao Brasil, em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e reassumiu o seu mandato no Conselho Federal de Educação (1962-1968), além de retomar suas atividades de tradutor e escritor na Editora Nacional. No mesmo ano, viajou para o Chile, a convite do presidente Eduardo Frei, onde organizou e iniciou a implantação da reforma e expansão da Universidade Nacional (Rocha, 2019). Em 1970, Anísio recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, no ano seguinte, foi convidado a concorrer a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Inicialmente, mostrou-se resistente a aceitar o convite, quiçá por suas características de simplicidade e timidez, mas por insistência de amigos acabou anuindo ao desafio.

Em meio a essas atividades, ocorreu o fato inusitado que resultou na sua trágica morte. Na manhã do dia 11 de março de 1971, por volta de meio-dia, Anísio Teixeira encontrava-se na Fundação Getúlio Vargas, onde acabara de proferir conferência, quando anunciou que iria sair para almoçar com o seu

amigo Aurélio Buarque de Holanda, com o qual pretendia conversar sobre a sua indicação à Academia Brasileira de Letras. Dada a proximidade do apartamento do filólogo, decidiu ir caminhando até lá. Durante o percurso, Anísio desapareceu. Como não retornou à sua casa no final do dia, a sua esposa, Anna Christina Teixeira Monteiro, começou a buscar notícias suas, recorrendo à família e aos amigos, todavia, sem sucesso. Dois dias depois, o seu corpo foi encontrado no fosso do elevador do prédio onde morava Aurélio Buarque de Holanda.

A família foi informada sobre a sua morte por meio de um telefonema da polícia, sendo o seu corpo removido para o Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro (IML/RJ).O laudo da necropsia concluiu que a morte teria sido por acidente, ou seja, em decorrência da queda no fosso do elevador. Na certidão de óbito, constava como causa da morte fratura do crânio, com destruição parcial do encéfalo (Rocha, 2019).

A tragédia veio ao conhecimento público pela imprensa no mesmo dia. As manchetes do jornal noticiaram, com ênfase, a versão oficialmente difundida de que Anísio Teixeira teria morrido em decorrência de um acidente em elevador.

Haroldo Lima (2019), ex-deputado federal e sobrinho de Anísio Teixeira, relata que a versão de morte acidental não foi aceita por vários familiares e amigos que acompanharam as providências adotadas no IML. Em face do endurecimento do regime ditatorial-militar do governo Médici e a situação tenebrosa vivida no Brasil, a família optou por não aprofundar as investigações naquela época. A busca da verdade sobre a morte do educador somente pôde ser iniciada com o restabelecimento do regime democrático no país e a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Além do trabalho de investigação liderado pela CNV, ressalte-se também a atuação da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, da Universidade de Brasília (CATMV/UnB), que teve primazia no debate sobre o tema.

Na manhã de sexta-feira, 10 de agosto de 2012, a Universidade de Brasília realizava a instalação solene da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, batizada com o nome do educador, quando os presentes foram surpreendidos com um depoimento inédito sobre a morte de Anísio Teixeira, que negava a versão oficial de morte acidental e apresentava indícios de que a sua morte teria sido consequência de um crime político cometido por agentes da ditadura militar. A iniciativa da denúncia foi do professor João Augusto de Lima Rocha, da UFBA, que há muitos anos desenvolvia pesquisas na busca de esclarecimentos sobre a morte do educador. Em novembro de 2012, o professor João Augusto entregou à comissão um dossiê, assinado em conjunto com Carlos Antônio Ferreira Teixeira, filho de Anísio, e Haroldo Borges Rodrigues Lima, sobrinho-neto, com informações detalhadas sobre as circunstâncias da morte do ex-reitor da UnB, entre testemunhos e notícias de jornais da época (Relatório CATMV/UnB, 2016).

Dada a enorme repercussão dos fatos narrados, foi articulada a entrega do dossiê à Comissão Nacional da Verdade, o que veio a ocorrer em um encontro realizado no *campus* da UnB, no dia 6 de novembro de 2012, na presença de familiares e amigos de Anísio. As diligências realizadas pela CNV, embora não tenham chegado a resultados conclusivos, colocam em pauta questionamentos sobre a propalada versão de morte acidental do educador e permitem formular hipóteses que reforçam as suspeitas de que Anísio Teixeira teria sido assassinado pela ditadura implantada em 1964 (Brasil, CNV, 2014).

O Relatório da CATVM (2016) contém informações, obtidas à época da sua morte, que contradizem a versão oficial: *i)* no dia 11 de março de 1971, não esteve ninguém no local com as características de Anísio; *ii)* o amigo e colaborador de Anísio, Abgar Renault, teria sido informado, nesse dia, pelo Comandante do I Exército, general Sizeno Sarmento, que Anísio estava detido na Aeronáutica, para averiguações. A mesma informação teria sido recebida por Luís Viana Filho, que era governador da Bahia e relatou esses

fatos em entrevista a João Augusto de Lima Rocha, em 1987. Portanto, a hipótese plausível é que, enquanto caminhava em direção à residência de Aurélio, o educador teria sido sequestrado por agentes da Aeronáutica.

A continuidade da investigação encontra-se, atualmente, a cargo da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, instalada pela Presidência da República, para a qual foi encaminhado novo relatório, que incorporou os achados da Comissão Nacional da Verdade (ROCHA, 2012).

A grandeza humana é imorredoura

Neste subtítulo, retoma-se a expressão utilizada pelo sociólogo Florestan Fernandes, em referência à obra e à personalidade de Anísio Teixeira, para afirmar o seu valioso legado à sociedade brasileira. Com o propósito de contribuir para a compreensão de sua relevância, procurou-se, ao longo deste capítulo, apresentar a base do pensamento e das ações desse notável educador brasileiro, injustamente perseguido pela ditadura militar. Embora os questionamentos sobre o trágico fim de sua existência permaneçam em aberto, revisitar momentos significativos de sua trajetória, conhecer as características que o identificaram como pessoa humana especial, apreender a grandeza de seus propósitos, a sua coerência e capacidade de realização, evoca profunda admiração e reverência, ao mesmo tempo, causa indignação pelo sofrimento que lhe foi infligido pelo regime autoritário implantado pelo golpe militar de 1964.

As injustiças contra ele cometidas configuram-se atos de violência inaceitáveis, uma afronta à personalidade pacífica do educador, homem íntegro e humanista convicto. Nas palavras de Florestan Fernandes (2002, p. 51),

> Era um homem generoso e compreensivo, um homem sempre pronto a dar, o protótipo do educador. O educador prevalecia em todas as suas ações e chega a ser inacreditável que as mãos da ditadura militar tenham se erguido contra esse homem

> ao qual nós todos devemos, e que ele tenha sofrido incompreensão, incerteza e amargura, em vez de receber honras, compensação e carinho.

Iva Waisberg Bonow (2002), psicóloga e colaboradora de Anísio Teixeira, que teve o privilégio de ser sua aluna, por duas vezes — quando adolescente, no Instituto de Educação, e já adulta, na Universidade do Distrito Federal —, ao rememorar, emocionada, fatos ocorridos à época de sua formação e de trabalho com o "mestre", como a ele se reportava, também se declarou inconformada com as injustiças praticadas contra "um dos intelectuais mais esclarecidos de várias gerações de brasileiros".

> [...] no fim de sua existência, que poderia ter sido ainda mais profícua para a educação e, portanto, para a própria civilização brasileira, justo quando a Academia Brasileira de Letras decide se enriquecer com a sua contribuição pessoal, premiando-lhe a obra — rica de conteúdo, original e bela na forma — o fio de sua vida, sempre aos outros dedicada, rompe-se tragicamente. Por quê? (p. 152)

Desaparecido Anísio, a sua obra e memória foram envolvidas por uma névoa de silêncio e destruídas as suas notáveis realizações. "Houve, parece, uma muda orquestração para eliminar do mundo educacional brasileiro os vestígios do inigualável pensamento de Anísio Teixeira e a exata grandeza de sua obra" (Oliveira, 2002, p.83).

Tais atitudes não impediram que as ideias do educador ressurgissem. Com o advento da abertura política e a restauração da democracia liberal, que pôs fim aos 21 anos de ditadura militar no Brasil, emergiram grandes temas educacionais, referenciados em Anísio Teixeira. A despeito das tentativas de silenciar o seu pensamento, o movimento de resgate e a valorização do ideário anisiano foram se fortalecendo ao longo do tempo, tornando frequentes estudos, dissertações, teses, artigos e livros versando sobre a vida e a obra do educador.

Temas relativos à política educacional, por ele tratados com competência e ousadia, como financiamento e organização do sistema público de ensino,

formação e aperfeiçoamento docente, gestão e planejamento da educação pública, qualidade e avaliação dos serviços educacionais, a universidade e sua autonomia, criação e valorização de cursos de pós-graduação em educação, fazem parte da agenda atual dos movimentos sociais organizados na área de educação.

Anísio sai engrandecido, não somente como pessoa, mas pelo que pensou e fez pela educação brasileira e, mais ainda, pela escola. A defesa da escola pública, luta principal de sua vida, segue com as novas gerações, permanecendo suas ideias à frente do nosso tempo. Celebrar a sua presença viva entre nós requer partilhar do seu sonho de criar uma escola que seja uma experiência significativa e rica de aprendizagem, um espaço em que as crianças do povo possam estudar, conviver e praticar uma vida melhor.

A contemporaneidade de suas ideias afirma-se na luta para que a educação seja reconhecida como valor universal. A busca por uma escola não elitizante continua sendo, mais do que nunca, uma questão de sobrevivência social, política e cultural. Como argumentava Anísio, somente a escola pública poderá cumprir a missão de educar o povo brasileiro. Assegurar o direito à educação é indispensável para desenvolver uma cultura universal que garanta os direitos humanos e sociais da população brasileira, desrespeitados em nosso país durante mais de cinco séculos e profundamente violados nessa triste página da história do Brasil.

Referências

APARECIDA, Geralda Dias. UnB em dois tempos. *In: Carta: falas, reflexões, memórias:* a invenção da universidade de Brasília. n. 14. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991 - 1995. p.37-53.

AZEVEDO, Fernando. Anísio Teixeira ou a inteligência. *In:* AZEVEDO, Fernando. Retratos do Brasil (org.). *Anísio Teixeira*: pensamento e ação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1960.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BONOW, Iva Waisberg. Anísio Spínola Teixeira: Missionário e mártir da educação democrática no Brasil. *In:* ROCHA, João Augusto de Lima (org.) *Anísio em movimento.* Brasília: Senado Federal, 2002. p. 143-152.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Recurso eletrônico, v. 1. Brasília: CNV, 2014. 976 p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; BRITO, Jader de Medeiros. *Educação e Universidade.* Introdução. Anísio Teixeira. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1988, p. 9-29.

FERNANDES, Florestan. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. *In:* ROCHA, João Augusto de Lima (org.) *Anísio em Movimento.* Brasília: Senado Federal, 2002, p. 51-57.

GARCIA, Cláudia da Conceição; GABRIELI, Maria Cecília Filgueiras Lima. A arquitetura da escola parque e da escola classe na concepção de educação de Anísio Teixeira e dos ideários de Lúcio Costa. *In:* PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES; Maria Alexandra Militão (org.). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal*: história e memória. Brasília: Editora UnB, 2018, p.193-214.

HOUAISS, Antônio. Anísio Teixeira. *In*: ROCHA**,** João Augusto de Lima (org.) *Anísio em Movimento.* Brasília: Senado Federal, 2002, p. 59-64.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília.* Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. XVI, 477 p.

LIMA, Haroldo. Prefácio. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima. *Breve história da vida e morte de Anísio Teixeira*: desmontada a farsa da queda no fosso do elevador. Salvador, BA: EDUFBA, 2019. 286 p.

LOBATO, Monteiro. Carta a Fernando de Azevedo, 1929. *In*: VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (org.). *Conversa entre amigos*: correspondência

escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1986.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950-1960). *In:* MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (org). *Por uma política de Formação do Magistério Nacional*: o Inep dos anos 1950/1960. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 250p. (Coleção Inep 70 Anos).

MENDONÇA, Ana Waleska. O CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. *In:* MENDONÇA, Ana Waleska; BRANDÃO, Zaia (org.). *Por que não lemos Anísio Teixeira?* Uma tradição esquecida. Rio de Janeiro: Ravil, 1997, p. 27-46.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

OLIVEIRA, Hilderico Pinheiro de. Anísio Teixeira e a Fundação que tem seu nome. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.) *Anísio em Movimento.* Brasília: Senado Federal, 2002, p.73-85.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. *In:* PEREIRA *et al*. (org.). *Nas asas de Brasília*: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Editora UnB, 2011. 375 p.

RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. CATMV/UnB. Brasília: FAC-UnB, 2016.

RIBEIRO, Darcy. UnB: Invenção e Descaminho. *In:Carta: falas, reflexões, memórias,* n. 14. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991, p. 121-166.

ROCHA, João Augusto de Lima. A UDF e a UnB na concepção educacional de Anísio Teixeira. *In:* VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi. *Diálogo entre Anísio e Darcy*: o projeto da UnB e a educação brasileira. Brasília: Verbena Editora, 2012, p. 60-82.

ROCHA, João Augusto de Lima. *Breve história da vida e morte de Anísio Teixeira*: desmontada a farsa da queda no fosso do elevador. Salvador, BA: EDUFBA, 2019. 286 p.

SALMERON, Roberto. *A universidade interrompida:* Brasília 1964-1965. Brasília: EdUnB, 1999.

SILVEIRA, Alex da. *Repertório de acervos e fontes para a história do INEP.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC, 2018.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Apresentação. *In:* PEREIRA *et al*. (org.). *Nas asas de Brasília*: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Editora UnB, 2011. 375 p.

TÁVOLA, Artur de. Anísio Teixeira: breve relato de uma grande vida. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.) *Anísio em Movimento.* Brasília: Senado Federal, 2002, p. 181-187.

TEIXEIRA, Anísio. Carta a Fernando de Azevedo, 1929. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Na batalha da educação*: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988, 188p.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil*: análise e sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005b, p. 195-204 (Coleção Anísio Teixeira; v. 10).

TEIXEIRA, Anísio. Estado atual da educação. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* v. 39, n. 89, p. 8-16, jan. /mar., Rio de Janeiro, 1963.

TEIXEIRA, Anísio. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. *In*: *A educação e a crise brasileira.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005a, p. 115-140 (Coleção Anísio Teixeira, v. 5).

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar., Rio de Janeiro, 1961.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 38, n. 87, jul./set., Rio de Janeiro, 1962, p. 21-33.

TEIXEIRA, Anísio. Uma experiência de educação primária integral no Brasil. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 38, n. 87, jul./set., Rio de Janeiro, 1962. p. 21-33.

TRINDADE, Hélgio. Apresentação. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. *In:* TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil*: análise e sua interpretação até 1969. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 9-43 (Coleção Anísio Teixeira, v. 10).

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão